



Para que serve a recomendação macroprudencial do Banco de Portugal ao longo do ciclo económico?

Clara Raposo

Nada como termos uma Vice-Governadora vinda de outro setor, acabada de chegar ao Banco de Portugal, um banco central integrado no Eurosistema, para nos pormos no seu lugar e olharmos para aquilo que fazemos com a curiosidade de um novo olhar...

É a primeira vez que escrevo para a Newsletter da Biblioteca. Creio que esta newsletter é uma oportunidade de darmos a conhecer – a todos os que trabalham no Banco – os temas e áreas em que alguns de nós se aplicam diariamente. Através do melhor conhecimento do que cada um faz, compreendemos melhor também o nosso próprio papel nesta instituição e a nobreza da missão coletiva que nos une. Acredito que esta não será a última vez que escrevo para a newsletter: porque no Banco de Portugal trabalhamos num leque muito alargado de assuntos exigentes que têm um impacto enorme na vida das pessoas lá fora.

Hoje venho falar-vos de uma das áreas que estou a acompanhar mais diretamente – a Estabilidade Financeira – e, em particular, da Recomendação que foi publicada em 2018 (e revista mais do que uma vez desde então) relativa à concessão de novos créditos a particulares. A estabilidade financeira do nosso sistema depende da existência de boas regras de atuação para as diferentes instituições e de uma eficaz supervisão do seu cumprimento.

A política macroprudencial em Portugal é responsabilidade do Banco de Portugal. Ao contrário do que sucede no que diz respeito a política monetária – com decisões tomadas ao nível do Conselho do BCE, em que somos representados pelo nosso Governador, e as decisões são partilhadas e comuns aos vários países –, na política macroprudencial temos um papel acrescido na definição de medidas a implementar no nosso sistema financeiro. Já no que diz respeito à implementação, desempenhamos um importantíssimo papel quer na política macroprudencial quer na política monetária.



Índice

Bibliotema • 1

Recomendação macroprudencial do Banco de Portugal

Em destaque • 4

Novos recursos de informação • 5

Uma sugestão de leitura...

Conversas na Biblioteca • 8

Sofia Santos

Entre outras ferramentas da “toolkit” macroprudencial, de que poderemos falar noutra ocasião, o Banco adotou em 2018 uma medida, sob a forma de Recomendação, dirigida aos novos contratos de crédito celebrados com consumidores, nomeadamente crédito à habitação, crédito com garantia hipotecária ou equivalente, e crédito ao consumo. Parece-me pertinente trazer em abril de 2023 este tema à nossa Newsletter, dado o atual enquadramento macroeconómico e a atenção mediática que a Habitação tem atraído nos últimos meses e semanas.



Os detalhes da Recomendação podem ser encontrados no nosso site: <https://www.bportugal.pt/page/limites-ao-racio-ltv-ao-dsti-e-maturidade>

Basicamente a Recomendação tem como objetivo tornar mais robustas as decisões de concessão de crédito aos particulares por parte dos bancos, tornando-os menos vulneráveis a potenciais incumprimentos e respetivas perdas no futuro. De igual forma, a Recomendação pretende limitar o risco de as famílias contraírem créditos que as coloquem em situações difíceis no futuro, em particular em cenários de subidas de taxas de juro e redução de rendimento.

Saliento que, quando foi introduzida, em 2018, vivíamos um ambiente de recuperação económica no país, inclusive numa série de indicadores da banca, e de taxas de juro nominais reduzidas. Nesse contexto, poder-se-ia abrir espaço no mercado a concessão de crédito algo mais “facilitista”, com menor escrutínio de risco dos mutuários. A intervenção do Banco de Portugal com a introdução da Recomendação levou a uma maior consciencialização de todas as partes – as famílias que procuram crédito (e, em particular, à habitação) e os bancos que concedem esses créditos – dos riscos a que poderiam estar sujeitos no futuro, passando então a moderar os seus comportamentos, em prol da estabilidade financeira do país.

Sem entrar em pormenores quantitativos, e simplificando um pouco a explicação, deixo aqui apenas um sumário de alguns dos principais critérios que são alvo da recomendação. Vou focar-me no crédito à habitação, deixando ao cuidado de cada leitor aprofundar o estudo sobre os outros créditos abrangidos pela Recomendação.

Em primeiro lugar, temos o rácio Loan-to-Value (LTV), que mede o peso do empréstimo no valor do imóvel. Ou seja, limitar este rácio a 90% implica que haja algum capital próprio investido pelo mutuário e que o valor do imóvel subjacente ao contrato minimiza as perdas que o banco possa vir a ter em caso de incumprimento do mutuário.

O outro rácio para o qual se estabeleceu um limite é o Debt Service-to-Income (DSTI), que mede o peso que o serviço da dívida da família tem no seu rendimento. Mais, este rácio é calculado admitindo um cenário em que à taxa de juro atual se somam 3%. É para esse cenário de pagamento de juros (com o choque de 300 pontos base) que se calcula o DSTI da família e se impõe o limite de que não possa exceder 50%. Com este limite pretende-se minimizar a probabilidade de incumprimento futuro das famílias, reduzindo a sua exposição a risco, bem como a dos bancos.



Outros critérios tidos em conta na Recomendação macroprudencial têm a ver com a maturidade dos contratos de crédito, que passaram a estar dependentes da idade dos mutuários, procurando evitar que os créditos se prolonguem para lá da idade da reforma, fase da vida em que muitos portugueses sentem quebra de rendimento. Dentro do espírito da prudência, a medida trouxe também encurtamento de maturidades para crédito ao consumo.

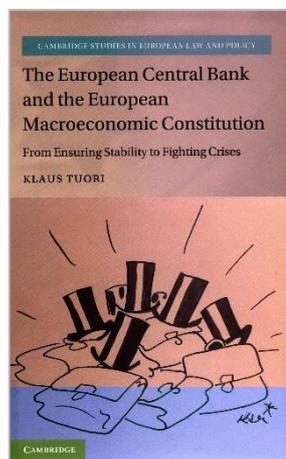
Quando olhamos para o atual contexto macroeconómico, com a rápida subida de 350 pontos base das taxas de juro de referência desde há menos de um ano atrás, percebemos bem como a Recomendação foi importante, desde 2018: foi

importante para a simulação de cenários de subida de taxa de juro e seu impacto nas taxas de esforço das famílias, limitando a concessão de crédito de montantes que seriam hoje incomportáveis para muitas famílias e fonte de perdas para o sistema bancário.

O Banco de Portugal acompanha de perto a forma como as diferentes instituições de crédito cumprem a Recomendação e justificam eventuais desvios. Essa monitorização regular é importante também para um melhor conhecimento do pulsar da economia. Anualmente produzimos um relatório de acompanhamento da medida. Quem quiser saber mais, pode ler o mais recente relatório anual de acompanhamento, relativo a 2022, que o Banco publicou a 31 de março.

Há que reconhecer que não é a Recomendação Macroprudencial do Banco de Portugal que resolve de vez os problemas da Habitação em Portugal. Mas é um elemento importante para a garantia da estabilidade do sistema financeiro e de uma gestão equilibrada das finanças das famílias que procuram crédito à habitação (e não só). Este papel de guardião da estabilidade financeira, a par da estabilidade de preços, cabe-nos a nós, no Banco de Portugal. Ao Governador, a mim, a todos os que leem este texto, que aqui trabalham também, àquilo que fazemos juntos. O país conta com a nossa competência e o nosso empenho para cumprirmos a nossa missão. A bem de todos.

Bibliotema • Destaque



TUORI, Klaus

The European Central Bank and the European Macroeconomic Constitution: from ensuring stability to fighting crises

Cambridge: Cambridge University Press, 2022. 334p.
ISBN: 978-1-108-48874-7

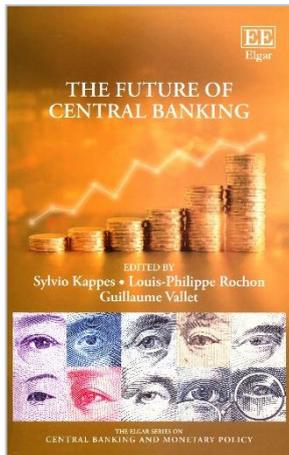
No âmbito da sua missão de manutenção da estabilidade dos preços, o Banco Central Europeu (BCE) acompanha a evolução do setor bancário da área do euro e do conjunto da União Europeia (UE), a fim de identificar eventuais vulnerabilidades e avaliar o grau de resiliência do sistema financeiro. Neste contexto, são utilizadas políticas macroprudenciais para fazer face ao surgimento de possíveis riscos sistémicos, com o principal objetivo de preservar a estabilidade financeira.

Esta atribuição foi desenvolvida no âmbito do modelo instituído pelo Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa, em 2004, que veio revelar algumas falhas na gestão de crises sucessivas, tendo o BCE tomado medidas que foram além do papel formalmente estabelecido.

Nesta obra encontra-se uma análise ao enquadramento económico-constitucional das funções do BCE e aos desafios relativos à política monetária durante a crise financeira, às crises de dívida soberana, à supervisão do sistema bancário e às medidas implementadas em resposta à crise pandémica.

Com os olhos postos no futuro, Tuori reflete sobre como o BCE se tem vindo a transformar num banco central de combate a crises, longe de assegurar a estabilidade desejada a vários níveis, frustrando a implementação da — desejada por uns, e criticada por outros — Constituição Europeia

Em destaque • Novidades



KAPPES, Sylvio; ROCHON, Louis-Philippe;
VALLET, Guillaume

The future of central banking

Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2022.
394p.
ISBN: 978-1-83910-092-5

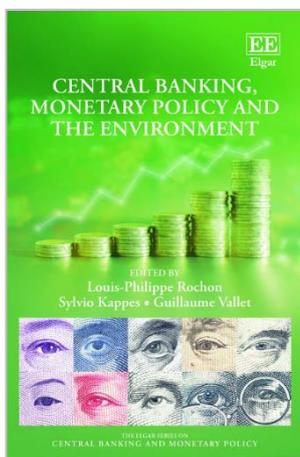
Enquanto instituições responsáveis pela condução da política monetária, os bancos centrais são diariamente confrontados com os resultados das suas decisões. O seu papel na sociedade, manifestado na definição dos objetivos de política e nos instrumentos que dispõe para os atingir, constitui uma das fronteiras do debate económico.

Esta obra integra uma coleção de publicações que versam sobre diferentes aspetos da atividade da banca central, e neste texto Kappes, Rochon e Vallet analisam o enquadramento teórico que a sustenta, em particular, no que diz respeito à génese dos objetivos da política monetária e seus instrumentos.

Os contributos reunidos procuram

identificar as principais limitações dos modelos que atualmente servem de base à condução de política monetária assim como convidam o leitor a refletir sobre que abordagens poderão melhor incorporar outras dimensões. O vínculo entre a política monetária e temas como a distribuição de rendimento, a garantia da estabilidade financeira, a promoção do desenvolvimento sustentável, as mudanças sociais estruturais ou a relação entre poderes e interesses económicos é aqui amplamente discutido.

Assumindo a sua posição heterodoxa e crítica do consenso existente, os autores esperam enriquecer o debate académico, desafiando as bases em que se reflete e analisa o papel dos bancos centrais.



KAPPES, Sylvio; ROCHON, Louis-Philippe;
VALLET, Guillaume

Central banking, monetary policy and the environment

Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2022.
272p.
ISBN: 978-1-80037-194-1

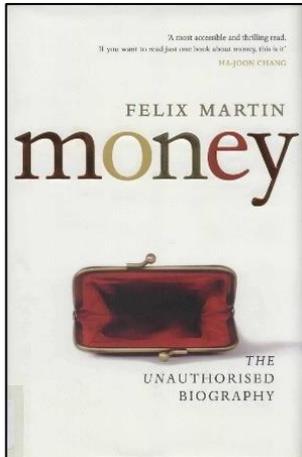
O desafio colocado pela necessidade de resposta às mudanças climáticas e pelos objetivos de descarbonização da economia tem vindo a ser incorporado na atividade e políticas dos bancos centrais, suscitando um conjunto de questões e linhas de investigação a explorar. Integrado numa série dedicada ao futuro dos bancos centrais, este livro reúne contribuições de diversos autores que abordam, de diferentes perspetivas, a ligação entre a esfera monetária e a ambiental na ótica dos bancos centrais.

As contribuições que integram este volume coletivo abordam diversas questões, desde a ligação entre a política monetária e o meio ambiente e como isso poderá afetar a independência dos bancos centrais, o conceito de “green finance”, e de como os bancos centrais poderão agir em complementaridade com o sistema bancário na sua promoção, o desenvolvimento sustentável e como articular o papel de prestador de última instância de liquidez, interna e internacional com esse objetivo. Outra das contribuições foca-se na análise

de riscos para a estabilidade financeira oriundos de eventos extremos e disruptivos na esfera climática, os chamados “Green Swans” e da avaliação do potencial de riscos sistémicos que lhe podem estar associados. Também é discutida a possibilidade de criação de um “dólar verde”, orientado para a criação de incentivos financeiros dirigidos a atividades que beneficiem o meio ambiente. No último capítulo é ainda efetuada uma análise global do nível de integração dos objetivos e políticas de natureza ambiental com os objetivos tradicionais de manutenção da estabilidade dos preços, estabilidade financeira e crescimento económico.

Este livro aborda essas questões, numa linha essencialmente pós-Keynesiana e heterodoxa, constituindo uma contribuição interessante para o debate e investigação de qualquer questão relacionada com o meio ambiente e da sua interseção com as políticas e objetivos dos bancos centrais.

Uma sugestão de leitura...



por Clara Raposo

Uma leitura cativante sobre o que é o Dinheiro, porque é que precisamos dele e como tem evoluído e sido encarado ao longo do tempo. Até para os mais céticos! Sério e coloquial.

A quem nunca o leu, fica a minha prescrição: 1 capítulo por semana (são 16) e chegamos às férias de verão mais revigorados. E com mais “orgulho BdP”, claro!

Uma curiosidade: o meu exemplar foi uma oferta do nosso antigo Governador Vítor Constâncio.

MARTIN, Felix || **Money: the unauthorised biography** || LONDON: The Bodley Head, 2013. 327p. || ISBN: 978-1-847-92233-5

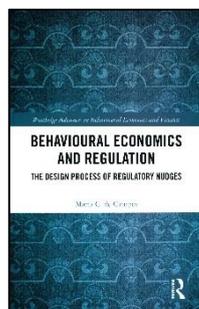
Novos recursos de informação



BURKE, John JA

Financial services in the twenty-first century: the present system and future developments in Fintech and financial innovation

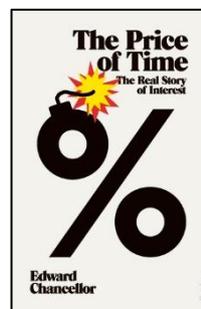
Cham: Springer Nature Switzerland, 2021. 220 p.
ISBN: 978-3-030-63966-2



CAMPOS, Maria Carolina de

Behavioural economics and regulation: the design process of regulatory nudges

Abingdon: Routledge, 2022. 232 p.
ISBN: 978-1-032-07721-5



CHANCELLOR, Edward

The price of time: the real story of interest

London: Allen Lane, 2022. 398 p.
ISBN: 978-0-2415-6916-0

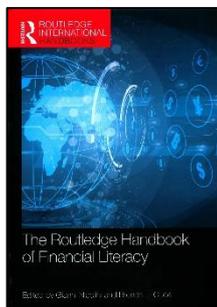


COSTA, José Neves da;
PALMA, Maria Fernanda;
CAIRES, João Gouveia de;
ALVES, Catarina Abegão;
BRITO, Teresa Quintela de;
MENDES, Paulo de Sousa;
PEREIRA, Rui Soares; RAMOS, Vânia Costa; MORÃO, Helena;
LEITE, Inês Ferreira

Prof. Doutor Augusto Silva Dias: in memoriam

Lisboa: AAFDL-Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2022. 2V (774+828 p.)
ISBN: 978-972-629-737-6

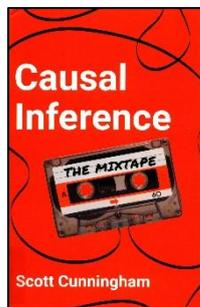
Novos recursos de informação



CUDE, Brenda J.

The Routledge handbook of financial literacy

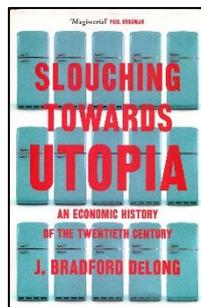
Abingdon: Routledge, 2022.
539 p.
ISBN: 978-0-367-45777-8



CUNNINGHAM, Scott

Causal inference: the mixtape

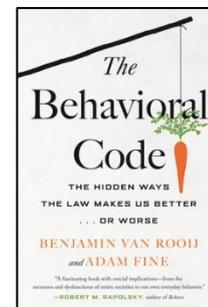
New Haven: Yale University Press, 2021. 572 p.
ISBN: 978-0-300-25168-5



DELONG, James Bradford

Slouching towards utopia: an economic history of the twentieth century

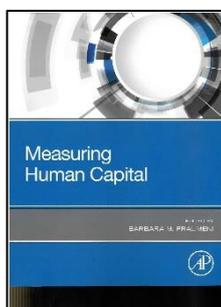
London: Basic Books, 2022.
605 p.
ISBN: 978-1-399-80341-0



FINE, Adam; ROOIJ, Benjamin van

The behavioral code: the hidden ways the law makes us better ... or worse

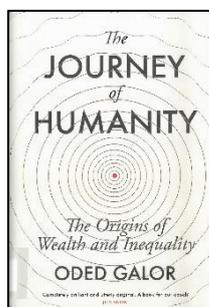
Boston: Beacon Press, 2021.
302 p.
ISBN: 978-0-8070-4908-2



FRAUMENI, Barbara M.

Measuring human capital

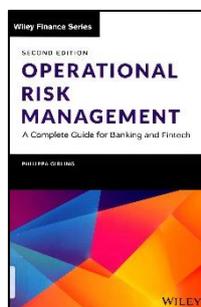
London: Academic Press, 2021.
201 p.
ISBN: 978-0-12-819057-9



GALOR, Oded

The journey of humanity: the origins of wealth and inequality

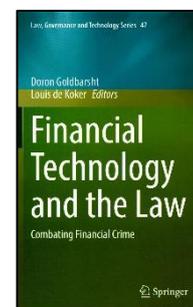
London: The Bodley Head, 2022. 286 p.
ISBN: 978-1-847-92691-3



GIRLING, Philippa X.

Operational risk management: a complete guide for banking and fintech

Chichester: John Wiley & Sons, 2022. 362 p.
ISBN: 978-1-119-83604-9

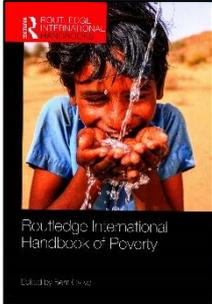


GOLDBARSHT, Doron; KOKER, Louis de

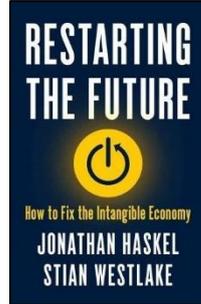
Financial technology and the law: combating financial crime

Cham: Springer, 2022. 320 p.
ISBN: 978-3-030-88035-4

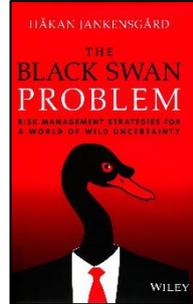
Novos recursos de informação



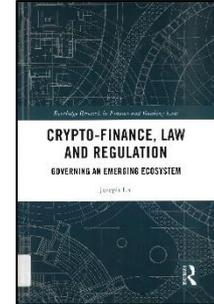
GREVE, Bent
Routledge international handbook of poverty
Abingdon: Routledge, 2020. 413 p.
ISBN: 978-0-367-72670-6



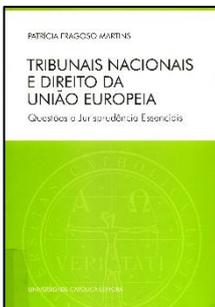
HASKEL, Jonathan E.; WESTLAKE, Stian
Restarting the future: how to fix the intangible economy
Princeton: Princeton University Press, 2022. 303 p.
ISBN: 978-0691211589



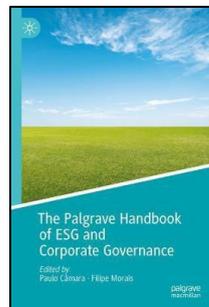
JANKENSGARD, Hakan
The black swan problem: risk management strategies for a world of wild uncertain
Chichester: John Wiley & Sons, 2022. 220 p.
ISBN: 978-1-119-86814-9



LEE, Joseph
Crypto-finance law and regulation: governing an emerging ecosystem
Abingdon: Routledge, 2022. 242 p.
ISBN: 978-0-367-08661-9



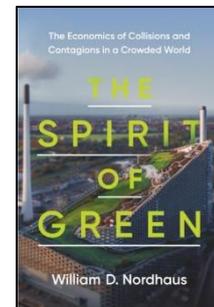
MARTINS, Patrícia Fragoso
Tribunais Nacionais e Direito da União Europeia
Lisboa: Universidade Católica, 2020. 427 p.
ISBN: 9789725406854



MORAIS, Filipe; CÂMARA, Paulo
The Palgrave handbook of ESG and corporate governance
Cham: Springer Nature Switzerland, 2022. 455 p.
ISBN: 978-3-030-99467-9



NABAIS, José Casalta
Estudos de finanças públicas e de direito financeiro
Coimbra: Almedina, 2022. 214 p.
ISBN: 978-989-40-0695-4



NORDHAUS, William D.
Spirit of green: the economics of collisions and contagions in a crowded world
Princeton: Princeton University Press, 2021. 355 p.
ISBN: 978-0-691-21434-4

Conversas na Biblioteca

Sofia Santos

As **Conversas na Biblioteca** estão de volta à Biblioteca do Banco de Portugal, para a sua 9ª edição.

Numa iniciativa que procura promover o debate em torno de diferentes áreas do saber que se relacionam com a atividade e missão do Banco, partindo da obra publicada por autores portugueses, o **Espaço Multiusos**, no edifício da Almirante Reis, será o palco de uma conversa aberta ao público, mediante inscrição, no próximo dia **31 de maio**, pelas **17h**.

O tema em debate será o **Setor Financeiro e o Crescimento Sustentável**, e conta com uma apresentação da Prof. Sofia Santos, seguida de uma mesa redonda em que participam elementos do Banco que lidam com o tema da sustentabilidade.



Quais as principais iniciativas que compõem a agenda internacional para o crescimento sustentável? Como é que o sistema financeiro poderá responder a estes novos desafios? Estas serão algumas das questões em debate.

A **inscrição** é gratuita e poderá ser feita através do [formulário online](#) ou via e-mail biblioteca@bportugal.pt, até ao dia 29 de maio.

Contamos com a sua participação!

Biblioteca

Mais de 70 000 monografias
Mais de 1500 títulos de periódicos
Recursos eletrónicos
Relatórios e contas
Instruções do Banco de Portugal
Legislação nacional e comunitária
Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX
Obras editadas pelo Banco de Portugal
Pesquisas efetuadas por especialistas
Acesso à Internet

Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2
1150-165 Lisboa

Horário:
2.ª a 6.ª feira
9h00 – 16h30

T +351 213 130 626

biblioteca@bportugal.pt